



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

Clipping Local Mídia Impressa

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, segunda-feira, 15 de agosto de 2011

JORNAL DO COMMERCIO CAPA	1
JORNAL DO COMMERCIO CAPA	2
JORNAL DO COMMERCIO FRENTE & PERFIL OPINIÃO	3
JORNAL DO COMMERCIO BR-174, estrada emblemática OPINIÃO	4
JORNAL DO COMMERCIO Porto das Lajes..... POLÍTICA	5
JORNAL DO COMMERCIO Supersimples..... ECONOMIA	6
JORNAL DO COMMERCIO Amazoneidades..... ECONOMIA	7
JORNAL DO COMMERCIO Veículos ECONOMIA	8
JORNAL DO COMMERCIO 60 anos ECONOMIA	9
JORNAL DO COMMERCIO Condicionadores de ar ECONOMIA	10
JORNAL DO COMMERCIO Tablet..... ECONOMIA	11
JORNAL DO COMMERCIO Divus oferece curso Academia do Programador	12
JORNAL DO COMMERCIO Estratégia & Ação..... EMPRESAS	13
JORNAL DO COMMERCIO Estratégia & Ação (continuação) EMPRESAS	14
JORNAL DO COMMERCIO E-commerce NEGÓCIOS	16
JORNAL DO COMMERCIO PERFIL	17
A CRÍTICA Classificadoras de risco ECONOMIA	18
A CRÍTICA rodrigo aráujo BEM VIVER	19

CAPA

Mercado confia no efeito cascata da redução do IPI para a indústria

Página A6

CAPA

O MINISTRO da Ciência e Tecnologia Aloizio Mercadante afirmou que o ministério já recebeu sinalização de 25 empresas que estariam interessadas em produzir tablets no Brasil. Nove já estariam "praticamente licenciadas", nas palavras do ministro. Entre elas a Motorola, Samsung, Positivo, Semp Toshiba, Itautece e Apple.

Página B8

FRENTE & PERFIL

Vanessa lamenta os ataques à bancada

Desabafo da senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB) sexta-feira ao JJC: “Vivemos um momento delicado, onde a presidenta já era tratada como inimiga do Estado e a bancada como inoperante. Estamos em constante diálogo e a Zona Franca não sofre qualquer risco”. Em conversa com a reportagem ela lamentou os “ataques” sofridos pela bancada e disse que as “inverdades” não fazem jus ao trabalho desenvolvido por deputados e senadores. A senadora Vanessa esteve na última quinta-feira (11) reunida com a FIEAM para tranquilizar os empresários quanto a atual política industrial do governo.

BR-174, estrada emblemática

Marcos Rotta

A BR-174, que liga Manaus a Boa Vista e daí à Venezuela e ao Caribe, acaba de ser reaberta, depois de um protesto de caminhoneiros que a deixou fechada por vários dias. Não é a primeira vez que isso acontece e dificilmente será a última.

Essa rodovia, até aqui, vinha sendo tratada pelas lideranças amazonenses como uma obrigação do então ministro Alfredo Nasci-

mento, eleito senador pelo Amazonas, mas, sem entrar no mérito das razões que o levaram a pedir demissão do Ministério dos Transportes, esse caminho se revelou inócuo.

A realidade hoje é diferente.

A BR-174 não é um mero caminho para o amazonense chegar à Ilha de Margarita, durante as férias, embora não haja nada de errado quanto a isso. É tam-

bém a principal via de abastecimento de Boa Vista e praticamente todo o interior de Roraima, incluindo-se aí tanto víveres quanto combustíveis.

A logística é o maior problema do Amazonas, no âmbito das dificuldades enfrentadas pelo modelo Zona Franca de Manaus. Está aí mais uma lacuna que poderia muito bem ser preenchida pela BR-174, ligando o Amazonas ao Caribe, oferecendo às empresas transportadoras segurança de que

suas carretas não quebrarão nos buracos do caminho.

Há muitas razões para que o Amazonas brigue por essa estrada. A começar pela enorme soma de recursos dispendida pelo próprio Governo Federal, através do Ministério dos Transportes, por uma manutenção que nunca chegou nem perto da eficiência.

Isso agora deixou de ser responsabilidade exclusiva do ministro, que deixou de sê-lo sem cumprir sua parte, e

passa a ser um problema de todos nós, representantes do povo amazonense.

Precisamos reivindicar a manutenção da estrada, que em alguns pontos precisa de reconstrução, como no trecho que vai entre a divisa Amazonas-Roraima e o rio Branco, na entrada de Caracará (RR), e ir adiante.

A BR-174 precisa ser

transformada numa estrada de verdade. Não será justa chamá-la assim, enquanto não estiver duplicada entre Manaus e Presidente Figueiredo. E essa duplicação precisa ser feita de forma exemplar, com canteiro central, arborização, até pela necessária compensação ambiental, acostamento e terceira pista nos pontos mais difíceis.

MARCOS ROTA é deputado estadual e vice-presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas.

Porto das Lajes

PPS defende preservação do Encontro das Águas

O deputado Luiz Castro (PPS) está cobrando do governo do Estado, da Suframa e Prefeitura de Manaus estudo técnico que aponte uma nova alternativa para a instalação do terminal portuário da cidade de Manaus, preservando o Encontro das Águas como patrimônio natural não apenas dos amazonenses, mas da humanidade. Castro esclarece não ser contra o projeto, até porque o PIM (Polo Industrial de Manaus) precisa de um porto com logística adequada, inclusive para aliviar o trânsito no centro urbano, mas defendeu a instalação do terminal em outro ponto da orla da capital.

O parlamentar destacou a luta encabeçada pelo poeta Thiago de Mello, que está em Brasília defendendo a preservação do Encontro das Águas, pelo imenso valor biológico, arqueológico e turístico, que se tornou símbolo da identidade do povo amazonense. "Devemos ter como exemplo a coragem cívica do poeta Thiago de Mello que tomou frente na defesa desse patrimônio das águas", afirmou.

Para Luiz Castro a decisão de construir o Porto na região do Encontro das Águas é política e não técnica, uma vez que o Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (Ipaam) não teve o devido cuidado ao conce-

der o licenciamento para o projeto numa área de tamanha importância ambiental e turística. O Ipaam, segundo o deputado, deixou de responder aos questionamentos feitos pelos técnicos da Comissão do Meio Ambiente da Assembleia Legislativa em relação à localização do porto no Encontro das Águas.

Por isso, Castro questiona a justificativa apresentada pelo governo do Estado de que o Encontro das Águas é o único local disponível para a construção do porto. "Isso é um jogo mentiroso de cartas marcadas, porque não foi feito um estudo sério em busca de alternativas", criticou. Embora tenham sido apresentadas sugestões, elas nunca foram avaliadas pelo Governo, como a construção na área da Siderama, no Puraquequara e até em Itacoatiara, exemplificou o deputado.

Outro problema para as obras no local é a instalação de um ponto de captação de água para atender à zona Leste de Manaus. Segundo Castro, a captação de água ao lado da obra do porto poderá comprometer a qualidade da água devido a movimentação de grandes embarcações. Não foi realizado estudo sobre os impactos para a atividade pesqueira local e sobre medidas preventivas para coi-

bir o descarte de óleo nos rios. Também não houve estudo do impacto do traslado dos barcos no local. De acordo com o deputado, muitos foram aspectos ignorados pelo Ipaam.

"Há uma pressão de cima para baixo. Isso fica claro com a saída de outros dirigentes do Ipaam que não aceitaram esse jogo e não concederam a licença", constatou. Castro destacou ainda que o local do Encontro das Águas também possui uma riqueza arqueológica ainda não totalmente estudada e que ficaria comprometida com as obras do porto. "Ali também há uma rica fauna aquática que precisa ser melhor estudada", observou.

Para finalizar, o deputado destacou a ação dos Ministérios Públicos Federal e Estadual, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e do Movimento SOS Encontro das Águas em defesa do Encontro das Águas. "Temos que nos associar a essa luta buscando reverter a decisão que anulou o tombamento do local como patrimônio natural, para impedir o licenciamento da obra", conclamou. O MPF e o Iphan preparam ações para resgatar judicialmente o direito de ter o Encontro das Águas como um patrimônio natural brasileiro.

Supersimples

Novas regras começam em 2012

As novas regras do Supersimples devem começar a vigorar somente em janeiro de 2012. O projeto ainda precisa ser votado pelo Congresso, mas a expectativa da Frente Parlamentar Mista das Micro e Pequenas Empresas é que isso ocorra até setembro.

Anteontem o governo anunciou um pacote de medidas para beneficiar os micro e pequenos empresários dos setores de comércio, serviços e indústria.

Entre as principais mudanças está o aumento de 50% do teto de faturamento para as micro e pequenas empresas se enquadrarem no Supersimples.

Com essa modificação, as empresas que estavam no Supersimples e que tenham tido aumento de receita ao longo do tempo poderão continuar no programa.

Já as empresas que antes não podiam aderir ao regime, por terem faturamento acima do limite, agora poderão participar do programa.

As novas regras elevam o faturamento anual máximo das pequenas empresas de R\$ 2,4 milhões para R\$ 3,6 milhões. Para as microempre-

sas, a receita bruta passou de R\$ 240 mil para R\$ 360 mil.

O governo também elevou o limite de faturamento dos microempreendedores individuais em 67%. Com isso, a receita bruta anual passará de R\$ 36 mil para R\$ 60 mil.

Outra mudança prevista é a possibilidade de as micro e pequenas empresas poderem parcelar em até 60 meses as dívidas com a Receita.

O pacote também traz benefícios às empresas de pequeno porte que exportam. As companhias com faturamento de até R\$ 3,6 milhões no mercado interno poderão ter receita igual com as exportações sem o risco de serem excluídas do Supersimples.

Pela proposta, os micro e pequenas empresários não precisarão mais fazer a declaração anual de IR. A Receita irá, ao final de cada ano, juntar as informações enviadas mensalmente e transformá-las na declaração anual.

Todas as mudanças são automáticas -o micro e pequeno empresário que já está no programa não vai precisar entrar em contato com a Receita para saber se sua alíquota será modificada.

Por dentro



Os que querem ingressar devem entrar no site www.receita.fazenda.gov.br/simplesnacional e preencher um formulário com algumas informações, entre elas o CNPJ.

Se a empresa já existir, só poderá entrar no programa em janeiro. Se a empresa for nova, poderá ingressar no sistema a qualquer momento.

Amazoneidades



OZÓRIO FONSECA

Paisagem

O vocábulo “paisagem” recebe várias definições que dependem do prisma de abordagem. Do ponto de vista geográfico paisagem é o produto visual de interações dinâmicas entre elementos naturais e antrópicos que, por ocupar um espaço, pode ser cartografado e classificado. O termo também foi definido como uma porção do espaço perceptível onde se combinam fatos visíveis e ações que configuram uma percepção global. Outra definição importante diz que paisagem é o resultado natural de todos os processos que ocorrem em determinado sítio. Os dois principais dicionaristas da língua portuguesa deste lado do Atlântico definem paisagem da seguinte forma: Aurélio Buarque diz que paisagem é “um espaço de terreno que se abrange num lance de vista” e Antonio Houaiss registra paisagem como o “conjunto de componentes naturais ou não de um espaço que pode ser apreendido pelo olhar”.

A beleza usurpada

Uma questão que passa despercebida da maioria de nós amazonenses é que o Amazonas, pelo

menos em sua porção central, é um Estado sem paisagens profundas. A horizontalidade da locomoção pelos rios ou pelas estradas oferece um horizonte de curtas distâncias e em Manaus, a vista da baía do rio Negro só é permitida para quem mora em edificações construídas pelo homem. No Educandos, é impossível parar na “Baixa da Água” pela precariedade urbanística; na Manaus Moderna (!) olhar o rio é uma aventura contra o trânsito e a marginalidade; em São Raimundo o local que permitiria desfrutar da paisagem é imundo e sem conforto; na Compensa as palafitas ocuparam as margens altas impedindo a visão do rio; a Ponta Negra está fechada e o que resta disponível para o público é um dos melhores exemplos de desmazelo e de desrespeito com o ambiente natural.

Ecologia de paisagem

Existe um ramo da Ecologia definido como Ecologia de paisagem que afirma ser a escolha da melhor definição uma atitude que deve passar pelos aspectos

teóricos e que aborda o tema dentro de duas perspectivas: 1) da fisionomia geográfica que privilegia o estudo da influência do homem sobre o espaço; 2) dos aspectos puramente ecológicos onde se desenvolvem os processos

O encontro das águas do Negro com o Solimões é a paisagem natural mais marcante e acessível do Estado

naturais que definem as características e dimensões espaciais da região estudada.

O encontro das águas

O encontro das águas do Negro com o Solimões é a paisagem natural mais marcante e acessível do Estado, pois o pico da Neblina, o 31 de Março, o Morro dos Seis Lagos, etc. não podem ser visitados facilmente. E Manaus, que tem poucos espaços com perspectiva para serem desfrutados, tem agora

seu principal ponto de beleza cênica ameaçado pela construção de um porto que vai beneficiar, financeiramente, apenas seus concessionários que anteciparam uma gorda doação para uma ONG criada pelo ex-governador Eduardo Braga. Essa intervenção inaceitável naquele cenário vai seguir o modelo Zona Franca, criando alguns empregos, aumentando a riqueza de poucos e destruindo o capital natural configurado pela nossa paisagem mais bonita.

A foz do rio Negro pode ser ecologicamente tipificada como ‘riallake’ ou vale afogado constituído por uma depressão no leito, formada durante uma regressão marinha que depois foi preenchida pelas águas do rio represadas pelo deflúvio do Solimões-Amazonas, formando o fenômeno da divisão das águas que tem sua explicação nas propriedades físicas e químicas dos dois rios.

Além disso, a região guarda elementos de nossa história, pois foi lá “na foz do rio Negro” que, segundo Spix e Martius no livro Viagem pelo Brasil 1817-1820, Francisco Mota Falcão, por ordem do Marques de Pombal instalou, em 1669, o “Destacamento de Resgate”, posteriormente substituído pela Fortaleza da Barra de São José do Rio Negro.

Apesar desse registro histórico, a maioria dos historiadores do presente segue a orientação que levou o governador nomeado pela ditadura – Arthur Cezar Ferreira Reis – a definir a região do porto de Manaus como o local onde foi erguida a Fortaleza. A dúvida, no entanto, permanece e não existe qualquer vestígio de conhecimento científico na autorização para a construção do Porto das Lages cuja operacionalização vai destruir uma paisagem rara que faz parte do patrimônio histórico e natural de todos os amazonenses.

Esta coluna é publicada na edição do final de semana e é elaborada sob a coordenação do professor da UEA e ex-diretor do Inpa Ozório Fonseca. ozorio@netium.com.br

Veículos

Redução do IPI gera expectativas em Manaus

Mercado confia no efeito cascata com o repasse das vantagens das montadoras para as concessionárias e o consumidor final

ERICA PASSOS,

ESPECIAL PARA O JJC

O anúncio da redução de IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) dentro do plano Brasil Maior, lançado pela presidente Dilma Rousseff, gera expectativas para o mercado de veículos em Manaus, apesar de a iniciativa atingir inicialmente apenas as montadoras do país. "A medida apresenta um efeito cascata e beneficia o mercado automobilístico como um todo", afirma o conselheiro do Corecon (Conselho Regional de Economia), Francisco Mourão Júnior.

O economista avalia que, com a redução de IPI, haverá uma queda de preço e aumento nas vendas devido à economia continuar aquecida. E relembra: "Quando o governo tirou o IPI dos automóveis em 2008, o consumo subiu e subiu também a inflação; então ele retomou a política de juros altos. Mas acredito que dessa vez não terá alta na inflação, pois o governo vem procurando controlar

as suas contas", disse. Para ele, estamos agora em outro cenário, estando em jogo a desvalorização do dólar na comparação com o real.

O gerente geral da Solimões veículos (representante da marca Volkswagen em Manaus), Paulo Cunha, espera que essa decisão atraia clientes para as concessionárias. Ele defende

que qualquer redução na linha automobilística só tende a beneficiar as compras. "Reduzindo os impostos para as montadoras, os preços caem, o número de automóveis fabricados aumenta e isso é uma cadeia". Ressalta, ainda, que "o cliente às vezes deixa de levar um carro, por conta de um acréscimo de R\$ 10

nas parcelas, vai entender? Mas é assim, e quando o preço baixa, ele aproveita para as compras".

O economista Samuel Chaves, também conselheiro do Corecon, diz que a medida pode trazer benefício ao Amazonas. Chaves afirma que o aumento na demanda de carros ajuda na redução de preços. "Com

Foto: Arquivo JJC

Por dentro

Redução por iniciativa própria

Apesar da expectativa da maioria, a perspectiva de reflexo no mercado consumidor não é unânime. O gerente comercial da concessionária Rivoli, Sérgio Lins, que representa a marca Peugeot, frisa que a redução é somente para as fábricas e que elas não têm obrigação de repassá-la para o consumidor. "As empresas reclamavam dos preços nacionais e buscavam peças fora. Então para usar fornecedores de dentro do país o governo tomou essa decisão", disse. Ele adverte que muitas pessoas esperam a redução no preço dos automóveis, o que por enquanto não está previsto. "A nossa preocupação é que o cliente ache que devido a essas medidas os preços caíam e esperem por isso para comprar um carro novo".

Lins avalia que alguma concessionária possa montar uma mídia com promoção focada na redução de IPI, por sua própria iniciativa, não por um preço repassado pela fábrica. "Agora se a fábrica decidir isso e resolver baixar os preços, nós podemos fazer até um feirão com essa promoção, porém, antes disso acontecer é só especulação", concluiu.

“ Não vamos gerar expectativas. O intuito maior é aquecer a indústria interna do país com fornecedores nacionais ”
Sérgio Lins, da Rivoli

certeza todo mundo será beneficiado. A situação no Brasil é absurda, pois o que pagamos de juros chega a 50% no valor do automóvel. Nos Estados Unidos, a taxa é de apenas 6%", critica. O economista avalia que brasileiro paga mais imposto do que carro.



Tendência é um aumento na procura com o anúncio de redução, mesmo direcionado inicialmente apenas para as montadoras

60 anos

Economistas serão homenageados durante sessão na Assembleia

Uma sessão especial na Assembleia Legislativa do Amazonas (Aleam) vai homenagear, nesta segunda-feira, os 60 anos da profissão de economista no Brasil. O 13 de agosto é considerado o Dia do Economista. A autoria é do deputado José Ricardo Wendling (PT), que é profissional da área.

A homenagem justifica-se por ser o economista um profissional que zela pelo progresso, desenvolvimento e crescimento da sociedade, para alcançar e manter o seu bem-estar, meta da qual todos se orgulham. No Brasil, o Conselho Federal de Economia (Cofecon) representa toda a categoria. E no Amazonas, é o Conselho Regional de Economia (Corecon-AM) a entidade responsável pela fiscalização do mercado de

trabalho, desenvolvendo estratégias de valorização do profissional, buscando resultados prósperos e duradouros, com responsabilidades socioambientais, e

***O Conselho
Regional de
Economia
(Corecon-AM)
é a entidade
responsável pela
fiscalização
do mercado de
trabalho***

aumentando o capital intelectual, por meio da contínua atualização curricular.

Para a Sessão Especial, foram convidados os mais de 2 mil economistas registrados no Estado do Ama-

zonas, incluindo o atual presidente do Corecon, os ex-presidentes da entidade, os profissionais já remidos (que contribuíram por mais de 30 anos com o conselho de classe)

Personalidades que contribuíram e contribuem em funções de relevância no poder público amazonense também foram convidados, como o ex-prefeito de Manaus, Serafim Corrêa; a superintendente da Zona Franca de Manaus (Suframa), Flávia Grosso; o superintendente adjunto de Projetos da Suframa, Oldemar Ianck; o secretário de Estado da Fazenda (Sefaz), Isper Abraham; o deputado federal Francisco Praciano, e o diretor do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Amazonas (Sebrae-AM), Maurício Seffair.

Condicionadores de ar

Alta no imposto de importação beneficia empresas no PIM

Câmara de Comércio Exterior deve aprovar elevação da alíquota para a aquisição de produtos made in China

POR LUANA GOMES

A confirmação do aumento do imposto de importação para condicionadores de ar deve possibilitar um novo fôlego para o setor no Polo Industrial de Manaus (PIM), afetado pela entrada descontrolada de produtos chineses no país. Na última quinta-feira, o senador Eduardo Braga (PMDB) informou que a Camex (Câmara de Comércio Exterior) deve aprovar em sua próxima reunião a elevação da alíquota para a aquisição de produtos made in China, dentre os quais o condicionador de ar split.

Em declaração anterior ao *Jornal do Commercio*, o vice-presidente da Fieam (Federação das Indústrias do Estado do Amazonas), Nelson Azevedo, já argumentava a respeito da queda acentuada na produção da mercadoria, principalmente por conta da entrada de itens chineses.

Segundo dados do Mdic (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior), a importação de partes de máquinas e aparelhos de ar-condicio-

nado cresceu 100,26%, de janeiro a junho, saltando de US\$ 38.30 milhões para US\$ 76.70 milhões.

A medida vem em uma boa hora, já que o Ministério estava desacreditado pelos representantes das indústrias amazonenses, em virtude da compra de 400 equipamentos de condicio-

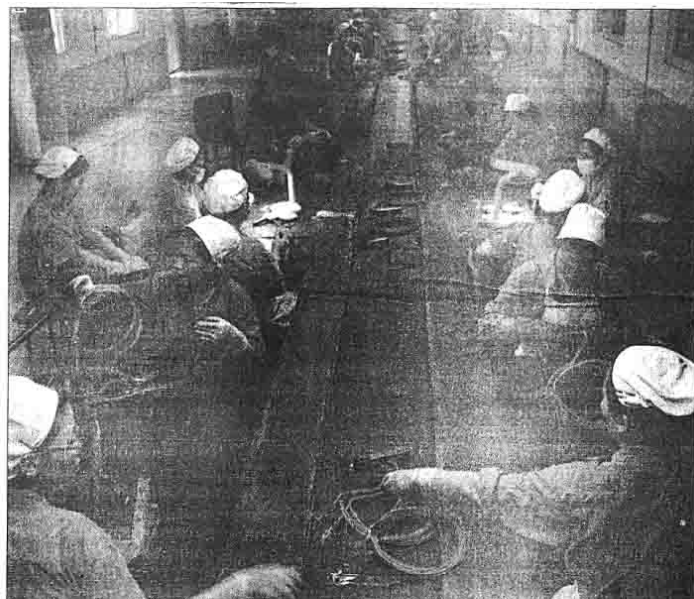
Segundo dados do Mdic, a importação de partes de máquinas e aparelhos de ar-condicionado cresceu 100,26%, de janeiro a junho

nadores de ar da China, segundo o jornal *O Estado de São Paulo*. O próprio presidente da Aficam (Associação das Indústrias e Empresas de Serviço do Polo Industrial de Manaus), Cristóvão Marques, chegou a comentar que "o Ministério estava garantindo o emprego dos chineses e não dos brasileiros".

Embora declare que não existe nenhum mecanismo 100% eficaz para evitar a importação de itens já produzidos no parque fabril nacional, o assessor econômico da Federação, Gilmar Freitas, declara que a medida tende a favorecer o PIM (Polo Industrial de Manaus) de forma imediata, ainda mais quando o dólar tem apresentado oscilações diariamente.

"Esta é uma pauta que está em discussão há muito tempo. Qualquer coisa que dificulte a entrada de produtos já traz uma vantagem maior para o Polo", ponderou.

O problema também foi motivo de críticas do governador Omar Aziz, que incluiu a pauta entre as reivindicações apresentadas à presidente Dilma Rousseff. Segundo o governador, a produção de split é um setor importante para o Amazonas, que até pouco tempo garantia toda a produção nacional, gerando sete mil empregos no PIM. Com a importação chinesa desonerada, o polo de Manaus perdeu a competitividade, colocando em risco os empregos.



Produção chinesa tem conseguido furar mercados em todo o mundo, gerando problemas nestes países

Dados

Propostas na mesa

Apesar dos percentuais de aumento ainda não estarem definidos, a proposta apresentada ao governo pela Eletros (Associação Nacional de Fabricantes de Produtos Eletroeletrônicos) é elevar o Imposto de Importação, hoje entre 14% e 18%, para 35%. Além do mais, foi solicitado o aumento do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) apenas para importados, de 20% para 35%.

OPINIÃO

"O ministro Lupi nos informou que se convenceu de que o não ajuste das tarifas poderia prejudicar os empregos na Zona Franca de Manaus e nos disse que vai fazer uma defesa oral na próxima reunião da Camex defendendo a demanda da Zona Franca"

Eduardo Braga
Senador

Tablet

Mercadante diz que 25 empresas querem iniciar produção no país

O Ministro da Ciência e Tecnologia Aloizio Mercadante afirmou que o ministério já recebeu sinalização de 25 empresas que estariam interessadas em produzir tablets no Brasil. Nove já estariam “praticamente licenciadas”, nas palavras do ministro. Entre as empresas citadas por Mercadante estão nacionais e estrangeiras, como Motorola, Samsung, Positivo, Semp, Toshiba, Itautec e Apple.

O governo tem estudado incentivos fiscais e políticas para atrair a produção local do produto. Para receber os benefícios, as empresas têm que se comprometer a um conteúdo nacional de 20% no início

da produção; 80% em três anos, e apresentar o projeto ao Ministério. “Não vamos abrir mão de conteúdo local”, frisou.

Para Mercadante, as vendas de Natal este ano terão os tablets com preços bem mais em conta. “Com a desoneração de 31% dos impostos federais e, em alguns casos, desonerações regionais como em zona franca, além da concorrência que vamos ter, acho que até o final do ano o benefício chega forte ao consumidor”, disse.

Mercadante preferiu não especular sobre de quanto seria a redução nos preços dos tablets. Para ele, isso ficaria exclusivamente a depender

da concorrência no mercado. O ministro também não descartou a ideia de que as empresas possam produzir tablets no Brasil para exportar. “A nossa avaliação é que algumas linhas de produção vão disputar Mercosul e América do Sul. Isso vai depender da competitividade que assegurarmos”, avaliou.

O governo não exigirá localizações específicas para as fábricas. “A ideia, na verdade, é de descentralização”, afirmou. O ministro participou na sexta-feira de posse como novo conselheiro da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), no Rio de Janeiro.

Divus oferece curso Academia do Programador

Curso é composto pelos fundamentos da Ciência da Computação e seu valor estipulado é abaixo dos de outros Estados

POR OLÍVIA DE ALMEIDA

Chega a Manaus o primeiro curso completo de formação de profissionais na área de desenvolvimento de softwares, que vai desde o básico até a prática. Segundo Juci Frank Rodrigues, proprietário da Divus Tecnologia da Informação, responsável pelo curso, a capital amazonen-

se possui uma demanda muito grande nessa área, mas faltam profissionais. "Muitas empresas me falaram que estão com dificuldade, por esse motivo elas estão precisando trazer de outros Estados para vir trabalhar aqui", afirma o empresário.

Ele conta que inclusive o desenvolver de software pode ajudar a criar um modelo alternativo de manufatura da Zona Franca de Manaus. "Porque esse profissional pode vender tanto para uma empresa local quanto para uma de fora do Estado ou em outro país, sem precisar sair daqui", destaca Rodrigues que acredita que o crescimento da tecnologia vai alavancar o interesse pela área na cidade.

O curso intitulado como Academia do Programador, que tem duração de 3 meses e custa R\$1.794, valor bem abaixo do que o oferecido em outros Estados, tem como objetivo fornecer uma base para o aluno se especializar em diferentes e promissoras carreiras, entre elas, programação web, telefone celular, robótica, automação residencial ou indus-



Foto: Walter Mendes

De acordo com Juci Frank, capital amazonense possui alta demanda na área de Tecnologia da Informação

trial e outras.

De acordo com Rodrigo Diniz, instrutor da Academia do Programador, o curso é composto pelos fundamentos da ciência da computação. "Assim como para aprender as operações mais complexas da matemática é necessário conhecer as quatro operações, para desenvolver softwares é preciso ter uma

base do assunto e para isso o aluno vai aprender todos os fundamentos e teorias necessárias para atuar na área", disse.

Durante as aulas o aluno vai aprender desde lógica da programação, sintaxe básica da linguagem Java e C++, conceitos fundamentais de hardware do PC e sistema operacional Linux, configurar,

modelar e usar banco de dados MySQL, além dos fundamentos da Internet (redes, protocolos, HTML e criação de sites e domínios). "O curso é para quem realmente não tem experiência e quer entrar nesse mercado de computação e desenvolvimento de software", ressalta Diniz.

Ao término do curso o aluno vai estar pronto para desde instalar um sistema operacional no computador até se especializar em alguma das diversas linguagens de programação do mercado, tais como: Java, C, C#, Ruby, Python, PHP e muitas outras.

Diniz enfatiza que o diferencial do curso é o Program-E, que é uma placa em que o aluno aprende de forma prática a lógica da programação. "Ele consegue ver logo de início um resultado no que está trabalhando, isso se chama computação fisi-

ca", explica o professor, que destaca que isso torna o aprendizado mais acelerado e motivador.

Segundo a Globalcode, empresa que criou o Program-E, o instrumento didático é baseado em Arduino, um poderoso e acessível microcontrolador que pode ser usado para controlar motores de máquinas e robôs; Automação residencial com sensores de presença, calor, luz, controle de tomadas, infravermelho; Integrar máquinas e aparelhos; entre outros.

Serviço

Divus-Tecnologia da Informação

Avenida Carvalho Leal, nº 1366, Cachoeirinha
(92) 3631-9081
www.divus.com.br

R\$ 3 mil

É o salário inicial de um profissional de desenvolvimento de softwares

Por dentro

Desenvolvedores de softwares para aparelhos móveis querem, mais do que nunca, investir suas energias na produção de aplicativos para as plataformas iOS, da Apple, e Android, do Google, em detrimento de seus rivais menos populares, mostrou um estudo. A Apple e o Google, já favoritos entre desenvolvedores, devem ganhar ainda mais impulso graças a novos serviços que estão transformando o setor, segundo uma pesquisa do IDC e da Appcelerator, companhia que trabalha com desenvolvedores.

Estratégia & Ação



NILSON PIMENTEL

Tempos econômicos - cenários de mudanças

Os tempos são de turbulências econômicas, nos mercado e nas Bolsas de Valores em todo o mundo, e que afetam a vida de todos, pessoas físicas e pessoas jurídicas, com questões variadas e fatos econômicos de todo interesse, indo das discussões sobre o rebaixamento classificatório de credibilidade dos títulos americanos, promovido pela Standard & Poor's, que veio depois de uma batalha amarga no Congresso dos EUA sobre cortes de gastos e o aumento de impostos para reduzir a dívida americana e permitir que o limite de endividamento legal fosse elevado, fruto de uma disputa bipartidária no Congresso dos Estados Unidos da America (EUA) quanto à elevação do teto do endividamento público, entre republicanos e democratas e, até as precauções e preocupações sobre a taxa de endividamento no mercado brasileiro e, conseqüente aumento da inadimplência, tanto por parte do Governo federal, quanto por Instituições diversas da sociedade civil.

Estratégia & Ação (continuação)

dade civil.

Apesar da contundente negação e desqualificação da avaliação dos analistas da Standard & Poor's pelo presidente Obama, assim como, também, foram chamados de 'palhaços' pelo Prêmio Nobel de Economia, economista e Professor Paul Krugman, da Universidade de Princeton, o cenário político dos Estados Unidos passa por forte baque de controvérsias, defraudadas pelas consequências desse nefasto acordo sobre a questão da dívida americana que ainda estão por vir, como o grande susto econômico da crise anterior (2008/2009), que ainda não findou, voltou a assombrar várias economias mundo afora. Vê-se desemprego, inflação, recessão e quebra-deiras, principalmente, quando alguns analistas dizem que o perigo maior ronda a economia do euro na Europa onde as ameaças são maiores. Para o Brasil, segundo autoridades monetárias do Governo, possui um cinturão de proteção de, cerca de, R\$ 1,1 trilhão para proteção da economia contra os efeitos de um agravamento maior da crise internacional. Para os pessimistas, não se espantem, pois essa dinheirama está formada por dinheiro que o Tesouro Nacional tem em caixa para rolar a dívida pública, os depósitos compulsórios recolhidos pelo Banco Central (BACEN) e os dólares das reservas internacionais. Essa proteção é quase 40% maior do que o governo tinha às vésperas da crise de 2008. Para esclarecer, aquele montante está assim composto, cerca de R\$ 200 bilhões estão depositados no caixa do Tesouro, chamado no jargão econômico de "colchão de liquidez", é para ser usado exclusivamente no pagamento de títulos do Tesouro Nacional que estão vencendo em curto prazo, R\$ 416,79 bilhões de dinheiro dos compulsórios depositados no BACEN que poderão ser liberados para garantir crédito no mercado interno e oferta de recursos em reais na economia, caso os bancos se retraiam e parem de emprestar dinheiro entre si e para os clientes, também, as reservas cambiais de US\$ 350.9 bilhões ou cerca R\$ 570 bilhões atuais, que poderão garantir leilões de linha de crédito para manutenção das operações de comércio internacional, como procedido pelo BACEN em 2008, evitando maior desvalorização do real. Portanto, no dizer da Sra. Presidente, "o Brasil está preparado, caso a crise econômica mundial venha nos atingir".

Voltando às realidades do Amazonas, o que preocupado a todos são os riscos que poderá correr nosso único projeto de desenvolvimento econômico regional, o Polo Industrial de Manaus, já acarretado com todas as perdas de competitividade infra-estrutural (precariedade de portos, aeroportos, estradas, novos entrepostos aduaneiros, maior oferta de energia elétrica regular, melhoria no sistema de telecomunicações, morosidades e obstáculos nos despachos aduaneiros, deficiente oferta acadêmica - universitária e de pesquisa -, dentre outros), além dos eminentes reflexos negativos com as nefastas Medidas Provisórias (MP's) e manifestações de "fogo amigo" vindo dos ministérios que tem assento no Conselho de Administração da SUFRAMA (CAS), o que no entender dos especialistas, não adianta as "forças políticas" do Estado "lutarem" para minimizar efeitos dessas MP's e acreditarem em "promessa salvadora" de 50 anos de prorrogação da ZFM, se o escopo tecnológico do PIM estiver esvaziado, haja vista, o inenarrável fato das tecnologias convergentes, dado em que países desenvolvedores destas já estão preparados para sua totalidade, principalmente em produtos eletroeletrônicos, como aparelhos de televisão, dentre outros. E, o PIM já está em célebre preparação? É um exercício de desafio de competência das autoridades do governo estadual, dos políticos representantes do povo do Amazonas, dos prepostos das empresas instaladas no PIM e das classes trabalhadoras amazonenses.

Também, quando se analisa as gestões políticas do PIM para o Governo do Estado do Amazonas, em termos de agenda política positiva, volta-se a dizer que esse grande projeto vitorioso, atua na economia regional com excedentes de exogenia e, que se não fosse a Política dos Incentivos Estadual do ICMS, nada ficaria aderente ao processo de desenvolvimento econômico regional local.

NILSON PIMENTEL é economista, engenheiro, administrador, consultor de empresas e mestre em economia pela FGV (Fundação Getúlio Vargas).

E-commerce

Comércio espera faturar R\$ 625 mi

Segundo dados do E-bit, empresa especializada em informações do setor de comércio eletrônico, o Dia dos Pais irá movimentar R\$ 625 milhões, aumento de 20% em relação ao mesmo período do ano passado.

O crescimento da renda, principalmente dos jovens que estão no mercado de trabalho, é um dos fatores para o aumento das vendas. Além disso, os jovens procuram produtos com alto valor agregado como MP3 players, câmeras digitais, barbeadores, games etc.

A expectativa para o ano todo é que o e-commerce brasileiro movimente R\$ 20 bilhões até o final de 2011, 30% a

mais do que em relação a 2010.

Shoppings e vendas

Apesar da instabilidade econômica dos últimos dias e das restrições de crédito, o paulistano está saindo às compras para presentear no Dia dos Pais. Os shoppings centers da cidade estão lotados. De acordo com a Alshop, a venda nos shoppings do Brasil representa cerca de 16% do volume de vendas do mercado de varejo nacional.

Eletrônicos, calçados, vestuário e até mesmo itens colecionáveis. De acordo com a assessoria do shopping, deverá haver um aumento de 8% no fluxo de clientes em suas 435 lojas.

PERFIL

Qualificação

A Escola Waldemiro Lustoza (avenida Carvalho Leal, na Cachoeirinha) está com inscrições abertas para os cursos que iniciam na 2ª quinzena de agosto e setembro. A unidade do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI Amazonas) capacita profissionais de diversos segmentos de metal-mecânica para o Polo Industrial de Manaus (PIM).

High tech

A Digitron, fabricante de placas mãe, está com planos de produzir um tablet nos moldes do iPad na Zona Franca de Manaus. É o ponto de partida para fazer o primeiro computador desse tipo fabricado no Brasil.

Classificadoras de risco

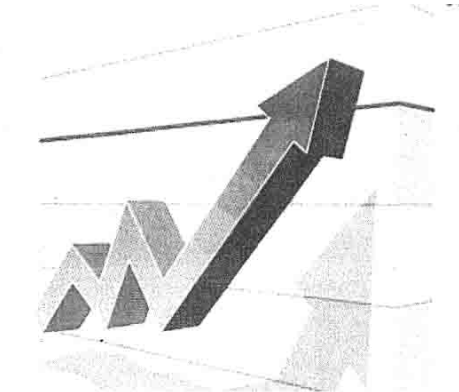
O efeito da mudança de classificação de risco dos Estados Unidos causou grande instabilidade nos mercados na semana passada. Isso aconteceu porque a agência de classificação Standard and Poor's (S&P) expressou dúvidas em relação aos Estados Unidos. Segundo a agência, diante das atuais condições da economia estadunidense, há risco daquele país não conseguir honrar seus compromissos no que tange ao pagamento da enorme dívida nacional. Isso causou turbulência nos mercados internacionais. As avaliações de agências como a S & P são importantes para o processo de emissões títulos e compra de dívida soberana. No entanto, elas têm sido criticadas por seu excesso de poder e influência, além de estar propensas à manipulação.

FATORES POLÍTICOS

Uma das funções das agências internacionais é fornecer a classificação de acordo com o grau de risco dos títulos e seus emissores. Esta classificação

O Lehman Brothers era o quarto maior banco de investimentos e foi a primeira instituição financeira a quebrar com a crise de 2008. Bernie Madoff deu o maior golpe financeiro de todos os tempos. Em nenhum dos casos as agências fizeram o alerta.

serve de guia para quem compra esses títulos. Ou seja, se um investimento apresenta baixo risco, sua classificação pela agência tem que ser boa. Por outro lado, se apresentar risco elevado, sua classificação deve ser baixa. A esse processo dá-se o nome de rating. O rating afeta também as taxas de juros. Se um país é classificado como de risco, por exemplo, este é obrigado a pagar juros mais elevados para que os investidores comprem seus títulos. Como as agências chegam aos valores de classificação? Primeiramente, elas possuem grandes bases de dados que as permitem fazer



análises de modelos macroeconômicos sofisticados. Elas também analisam a situação política do devedor. No caso de um governo, observam a estabilidade do país como o controle da inflação e outras variáveis. Para justificar a diminuição da classificação dos EUA, por exemplo, a S&P afirmou que o problema é de governabilidade, mostran-

do-se menos estável, menos eficaz e menos previsível.

O PODER DAS AGÊNCIAS

Muitos governos e emissores de títulos ficam apreensivos quanto à possibilidade de receberem uma baixa classificação pelas agências. As consequências de um rebaixamento são duras. Para emitir títulos no mercado e

pagar menos por isso é preciso ser classificado como de baixo risco ou grau de investimento. Da mesma forma, uma entidade que administra o dinheiro dos outros, como um fundo de investimentos, por exemplo, tem a obrigação de comprar títulos AAA, ou seja, com o menor risco possível. Se as outras agências importantes como Moody e Fitch também rebaixarem a classificação dos EUA, provavelmente os fundos de investimentos vão parar de comprar títulos do Tesouro dos EUA, porque eles não teriam mais o triplo A. Imagine o que isso pode causar na economia mundial! Por essas e outras razões que tem surgido muitos questionamentos quanto à influência das agências de rating.

INFLUÊNCIA QUESTIONADA

Um fator que pode comprometer o poder dessas agências refere-se às suas avaliações de instituições financeiras e empresas multinacionais que "quebraram" nos anos 2000. Como exemplo, as agências deram boas notas para aqueles milhões de hipotecas dos EUA, que aca-

baram gerando a grande crise financeira de 2008. As agências deram boas notas para o Lehman Brothers, mesmo no dia de sua bancarrota. No caso do investimento em pirâmide do bilionário Bernie Madoff, as agências não fizeram nenhum alerta para o risco. A vigilância nestes casos foi fraca. Outro ponto questionável é a forma de sustentação dessas agências. Quem as paga são justamente quem emite os títulos. Se essas agências são pagas para julgar o valor de um investimento, instituições que emitem títulos como Citigroup, Morgan Stanley e muitas outras, tendem a não contratar mais esses serviços se começar a receber notas baixas por seus títulos. Dessa forma, parece haver muito espaço para manipulação. Quando um Governo ou instituição financeira emite títulos, por exemplo, eles tentam convencer as agências a lhe dar boas notas. De todo modo, os mercados precisam de referências para poder operar. Portanto, as agências devem continuar com seu poderio.

rodrigo araujo

Romário na Fundação Paulo Feitosa

A designer de interiores Elizandra Cid, durante reunião com o deputado Romário Faria, teve a confirmação da presença do ex-jogador na cerimônia de abertura da Casa Cor Amazonas, no dia 29 de setem-

bro. Romário informou que a esposa Isabella e a filha Yvi virão a Manaus, ainda este mês de agosto, para testar um software exclusivo para crianças especiais, desenvolvido pela Fundação Paulo Feitosa.